



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEIOP
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º
010/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ITERJ
E O MUNICÍPIO DE RIO CLARO, VISANDO
AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
CONJUNTAS E HARMÔNICAS DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE
INTERESSE SOCIAL.

O INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com sede na Rua Regente Feijó n.º 7, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.060-060, doravante denominado **ITERJ**, neste ato representado por seu Presidente, Robson da Silva Claudino, e o **Município de Rio Claro**, com sede na Av. João Batista Portugal, 230 doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Municipal, Babton da Silva Biondi, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, conforme Processo Administrativo SEI-330005/000921/2024 que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e pelas disposições do Decreto nº 11.531/20023 e, no que couber, da Resolução Conjunta SEH/ITERJ nº 01/2009 e das demais disposições legais aplicáveis, assim como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem como objeto a transferência de conhecimento técnico-jurídico, logístico e estrutural para que o **MUNICÍPIO** possa dar continuidade ao seu programa institucional de regularização fundiária de interesse social, viabilizando a interiorização da regularização fundiária, em atendimento ao disposto no artigo 4º, inciso XXI, do Decreto Estadual nº 26.818/2000, no que se refere aos imóveis ocupados pelas



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEIOP
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ

Comunidades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que surgirem no decorrer da sua execução:

**MORRO DO ESTADO 1
VILA CHUBINHO E VILA NOVA
GROTÃO
VARGEM DO INHAME**

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de vigência e execução do presente Acordo de Cooperação Técnica será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução das etapas/fases deverá observar fielmente os prazos previstos no Cronograma de Execução Física contido no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Desde que este Acordo esteja em vigor e demonstrado o atingimento das metas pactuadas, os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados para assegurar o integral cumprimento do objeto, mediante pedido acompanhado de justificativa circunstanciada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações dos prazos de vigência e execução deverão ser pactuadas mediante a celebração de termo aditivo, cabendo, neste caso, a adequação do Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: O prazo do presente Acordo de Cooperação Técnica poderá também ser aditado para ampliação das metas fixadas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPES

Constituem obrigações:

I – do MUNICÍPIO:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEIOP
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ

- a) manter, no decorrer da vigência do presente Acordo de Cooperação Técnica, o seu Programa de Regularização Fundiária;
- b) viabilizar as visitas técnico-jurídicas periódicas das equipes técnicas do ITERJ nas áreas objeto de regularização fundiária de interesse social;
- c) estabelecer relações institucionais com os diversos agentes políticos (Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Procuradoria do Estado, entre outros) a fim de convergirem esforços para efetivação da regularização fundiária de interesse social no MUNICÍPIO;
- d) manter espaço físico para atendimento das demandas relacionadas com o objeto desta cooperação técnica, em especial durante as visitas técnicas do corpo técnico-jurídico do ITERJ ao MUNICÍPIO;
- e) encaminhar, à respectiva Câmara de Vereadores, expediente próprio para fins de declaração das áreas objeto de regularização fundiária como de Interesse Social para tal fim – AEIS;
- f) aprovar, desde que observadas as normas pertinentes, os projetos de desmembramento, remembramento e parcelamento do solo relativos ao desenvolvimento do processo de regularização fundiária de interesse social, e expedir as respectivas certidões para averbação junto Cartório de Registro de Imóveis competente;

II – do ITERJ:

- a) prestar assessoria, orientação e apoio técnico e administrativo, quando solicitado pelo MUNICÍPIO, por escrito ou pessoalmente, visando a colaborar e auxiliar na implementação das obrigações constantes no inciso I desta Cláusula;
- b) mobilizar e coordenar as atividades dos órgãos e entidades estaduais eventualmente envolvidos nas obrigações a serem cumpridas pelo MUNICÍPIO, zelando pelos prazos e comunicações entre os mesmos;
- c) receber, quando devidamente agendada, a equipe técnico-jurídica do MUNICÍPIO na sede do ITERJ;
- d) fornecer e solicitar ao(s) outro(s) partícipe(s) informações e documentos necessários à execução das atividades de cooperação técnica;
- e) coordenar o apoio técnico de todas as atividades relacionadas à elaboração e condução dos trabalhos;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEIOP
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ

f) acompanhar e fiscalizar as atividades de cooperação técnica.

CLÁUSULA QUARTA: DO PESSOAL

O pessoal utilizado pelos partícipes na execução das atividades decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, em quaisquer condições, não terá nenhuma vinculação ao(s) outro(s) partícipe(s), ficando a cargo exclusivo de cada um deles a integral responsabilidade no que se refere a todos os direitos, mormente às obrigações de natureza fiscal, trabalhista, estatutária, tributária e previdenciária, inexistindo, assim, solidariedade e/ou subsidiariedade entre os entes.

CLÁUSULA QUINTA: DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Cada um dos partícipes indicará os responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos ajustados, que sejam de suas responsabilidades, os quais darão o apoio necessário à consecução do objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica e serão encarregados do controle e da fiscalização da sua execução.

CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não implicará repasse de recursos financeiros entre os partícipes, nem contrapartida financeira dos mesmos, respondendo cada ente pelas despesas decorrentes das obrigações assumidas na Cláusula Terceira, de acordo com sua respectiva disponibilidade orçamentária e competências institucionais.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXTINÇÃO DO AJUSTE

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser extinto antes do prazo de sua vigência, por escrito, pela denúncia, por acordo entre as partes ou rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A denúncia deste Acordo de Cooperação Técnica deverá ser comunicada por escrito, mediante notificação prévia com 60 (sessenta) dias de antecedência, somente produzindo efeito a partir dessa data.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constitui motivo para rescisão deste Acordo de Cooperação Técnica, independentemente do instrumento de sua formalização, o descumprimento de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEIOP
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ

qualquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente, bem como nos casos de constatação de irregularidade de natureza grave no decorrer de fiscalizações ou auditorias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão do presente Acordo de Cooperação Técnica será antecedida de intimação da parte cujo descumprimento se imputa, devendo ser indicado o inadimplemento cometido, os fatos e os fundamentos legais, sendo garantido o contraditório e a ampla defesa prévios.

PARÁGRAFO QUARTO: O Acordo de Cooperação Técnica poderá ser extinto pela vontade das partes pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexequível o cumprimento das obrigações.

CLÁUSULA OITAVA: DA VEDAÇÃO DE PROMOÇÃO PESSOAL

É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, relativamente ao objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou de servidores públicos, sendo admitidas, apenas, divulgações de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem quaisquer indicadores de promoção pessoal.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica deverá ser publicado pelo ITERJ, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, ficando condicionada a essa publicação a sua plena eficácia, devendo o MUNICÍPIO, no mesmo prazo, providenciar a sua publicação em jornal de circulação local.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer litígios decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidos por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas - SEIOP
Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO ANEXO

Faz parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica o respectivo Plano de Trabalho em anexo.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos partícipes e pelas testemunhas abaixo identificadas para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
ROBSON DA SILVA CLAUDINO
A autenticidade desta assinatura pode ser verificada em:
<http://seipros.gov.br/assinador-digital>



Robson da Silva Claudino
Presidente do ITERJ

Documento assinado digitalmente
BABTON DA SILVA BIONDI
Data: 16/09/2025 12:23:53-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Babton da Silva Biondi
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Maximiliano Martins
Identidade n.º 27648571
CPF: 150.683.412-42

[Assinatura]
Identidade n.º 2752273-0
CPF: 152.034122-30

Rua Regente Feijó, nº 7 – 5º Andar – Centro – CEP 20060-060 – Rio de Janeiro/RJ
Telefones: (21) 2332-7245 - Fax: (21) 2332-7259
E-mail: iterj@iterj.rj.gov.br / presidencia@iterj.rj.gov.br
VISITE O NOSSO SITE! www.iterj.rj.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS/ INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

[illegible]

PLANO DE TRABALHO - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE REFS



1 - DADOS CADASTRAIS

Orgão / Entidade Estadual: Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
C.N.P.J.: 40.173.726/0001-40
Endereço: Rua Regente Feijó nº 7 / 5º andar - Centro
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ CEP: 20080-080
Telefone: 2332-7236/7237/7238/7244
Nome do Responsável: Robson da Silva Claudino
CPF: 120.445.067-69
Orgão / Entidade Municipal: Prefeitura de Rio Claro
C.N.P.J.: 29.051.216/0001-68
Endereço: Av. João Batista Portugal, 230
Cidade: Rio Claro UF: RJ CEP: 27460-000
Telefone: (24) 998281427

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Nome do Responsável: Babilon da Silva Blomdi
CPF: 110.614.357-41
Identidade: 20.691.091-1
Órgão Expedidor: DETRAN/RJ
Título do Projeto
Desenvolvimento de Ações Conjuntas e Harmônicas de Regularização Fundiária de Interesse Social (REFIS)
Após publicação dos extratos da cooperação
Início
Período de Execução
Vigência
36 meses

Identificação do Objeto:

Transferência de conhecimento técnico-jurídico, logístico e estrutural, para que o Município possa implementar e/ou dar continuidade a programa institucional de regularização fundiária de interesse social de áreas ocupadas por comunidades de baixa renda, o que viabilizará, também, a interiorização da REFS objeto da Cooperação.

3 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:

A irregularidade fundiária está intimamente ligada aos processos de formação e uso do solo urbano nas cidades brasileiras. Este ambiente de informalidade e a consequente falta de segurança da posse, aliada à baixa qualidade de vida dos ocupantes, resultam do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento e gestão das áreas urbanas e rurais. O crescente processo de urbanização, aliado ao desenvolvimento desordenado das cidades, configura um cenário atual de irregularidades, tanto na constituição do espaço urbano, como em seus aspectos socioambientais, em especial, na proliferação de processos informais de ocupação urbana, assumindo proporções preocupantes para as cidades e seus moradores. Esse processo é resultante do fato do acesso ao solo urbano e à moradia para grande parte dos brasileiros só ser possível através de mecanismos de ocupação irregular do solo, resultando em problemas de ordem social, econômica, urbana e ambiental, existentes em áreas impróprias ao uso, processo motivado pela necessidade primária de construir suas moradias. Nesse sentido, a regularização fundiária dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda revela-se como um dos programas prioritários da política fundiária, necessários para a inclusão sócio espacial de grande parcela de famílias hipossuficientes de recursos. Significa transformar a posse de determinada área em propriedade com endereço, identidade, acesso a serviço de infraestrutura, equipamentos coletivos, participação social nos processos de gestão e educação ambiental. Contudo, os municípios têm encontrado dificuldade para trabalhar os temas relacionados ao planejamento de seu espaço territorial, principalmente no tocante à elaboração de sua legislação urbanística e desenvolvimento de programas de regularização fundiária de interesse social que contemplem as inovações introduzidas pelo Estatuto da Cidade e outras legislações avançadas. Portanto, torna-se necessária a viabilização de Termos de Cooperação Técnica para as áreas de interesse social de cada município, coerente com a realidade tratada, baseado em um diagnóstico consistente, em que se levantem demandas, problemas, potencialidades e limites, possibilitando a elaboração de soluções adequadas. Dessa forma, o presente Termo de Cooperação pretende possibilitar a formulação de estratégias e a identificação das irregularidades fundiárias do Município, definindo prioridades, recursos, meios, prazos e metas a serem atingidas no campo da regularização fundiária de interesse social.

4 - RESULTADOS ESPERADOS (INDICADORES DE DESEMPENHO):

A parceria entre o ITERJ e o Município permitirá reforçar a capacidade técnica e institucional nas temáticas de regularização fundiária, possibilitará a troca de informações e de experiência e dará suporte para a articulação de ações e políticas públicas integradas que promovam uma melhor gestão pública dos recursos a serem investidos. Também permitirá a criação de grupos de trabalho e o investimento por parte dos entes envolvidos, em recursos e mecanismos de planejamento e a gestão territorial (indicadores de resultados: desenvolvimento profissional, capacitação técnica, melhoria na qualidade das informações e promoção de suporte técnico ao planejamento e a gestão territorial e fundiária). Permitirá, enfim, a legalização de moradias e sua inclusão na cidade formal.

5 - COMPETÊNCIAS:

Compete ao ITERJ

Coordenar o apoio técnico de todas as atividades relacionadas à elaboração e condução dos trabalhos.

Fornecer e solicitar informações e documentos necessários à execução das atividades de cooperação técnica;
Acompanhar e fiscalizar as atividades de cooperação técnica;
Prestar assessoria, orientação e apoio técnico e administrativo, quando solicitado pelo município, por escrito ou pessoalmente, visando colaborar e auxiliar na implementação das atribuições constantes da cooperação técnica;
Promover reuniões periódicas, visando a analisar o andamento da cooperação, bem como reavaliar, corrigir e redirecionar as atividades e ações decorrentes da mesma;
Capacitar a equipe técnica do município quanto aos procedimentos necessários da regularização fundiária;
Promover a organização técnica e operacional das atividades e ações propostas no âmbito de suas atribuições;
Acompanhar os prazos determinados no cronograma a ser estabelecido no Plano de Trabalho;
Prover infraestrutura e logística necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos em sua sede, especialmente a disponibilização de espaço físico, equipamentos e demais recursos técnicos e administrativos; e
Alocar os recursos humanos necessários para cumprir as atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho.
Compete ao Município
Implantar e/ou manter o Programa de Regularização Fundiária, juntamente com o ITERJ;
Viabilizar as visitas técnico-jurídicas periódicas da equipe do ITERJ;
Estabelecer relações institucionais com os diversos agentes políticos a fim de convergir esforços para efetivar o processo de regularização fundiária no município;
Manter espaço físico para atender demandas relacionadas com as atividades previstas nesta cooperação, durante as visitas do corpo técnico-jurídico do ITERJ ao município;
Encaminhar a Câmara dos Vereadores expediente próprio para fins de declarar as áreas, objeto de regularização fundiária, como de Especial Interesse Social - AEIS;
Aprovar os projetos de desmembramento, remembramento e de parcelamento relativos ao processo de regularização fundiária;
Expedir as necessárias certidões de aprovação dos projetos de regularização fundiária, para averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente;
Apoiar e promover reuniões periódicas, visando a analisar o andamento técnico e operacional da cooperação, bem como reavaliar, corrigir e redirecionar as atividades e ações decorrentes da mesma;
Promover a organização técnica e operacional das atividades e ações propostas no âmbito de suas atribuições;
Acompanhar os prazos determinados no cronograma a ser estabelecido no Plano de Trabalho;
Prover infraestrutura e logística necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos em sua sede, especialmente a disponibilização de espaço físico, equipamentos e demais recursos técnicos e administrativos;
Alocar os recursos humanos necessários para cumprir as atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho; e
Apoiar o ITERJ na promoção da troca de dados, informações, produtos e experiência que permitam impulsionar as ações de regularização fundiária no território.
6 - TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELO PLANO DE TRABALHO:
Gerente Executivo do Termo de Cooperação pelo Estado: Philippe Barcelos
ID: 51215172 DDD/Telefone: (21) 97629-7599 Email: philippe.pinto@iterj.rj.gov.br
Gerente Executivo do Termo de Cooperação pela Prefeitura: José Vicente Alves de Almeida
Matrícula: 131725 DDD/Telefone: (24) 981393236 Email: melcambientofciocar@gmail.com
7 - DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANO DE TRABALHO:

Bastion da Silva Biondi
Prefeito

Robson da Silva Claudino
Presidente do ITERJ



linhas noventa e sessenta e oito mil e quinze reais e vinte centavos). Critério de aceitabilidade conforme Despacho do Comandante das Despesas Interiores nº 1.080.251.
PROCESSO Nº SEI-33002/003318/2024.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.gov.br e no portal da Superintendência Militar do GSI <http://www.auscmilitar.gov.br/view/licitacoes/poderes/alternativas>, sendo o acesso mediante a apresentação de uma mídia gravável na Coordenação de Licitações e Contratos do DGAF/GSI, Rua Pinheiro Machado, s/nº - Palácio Guanabara, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ - CEP 22.231-901, telefone: (21) 2334-3314, no horário das 10 às 16h.

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E OBRAS PÚBLICAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica EMOP-RJ/SEEDUC nº 034/2025.

PARTE: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação.
OBJETO: Estabelecer a mútua cooperação, entre SEEDUC e EMOP-RJ, visando a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para construção da escola em tempo integral CE REI PELE, localizada na Rua Freixeiros (antiga Av. do Canal), s/nº, bairro Alto da Rasa, Armazém de Búzios/RJ, conforme projeto padão FNDE - 13 salas, especificações do Projeto Básico e de acordo com o Plano de Trabalho.

PRazo de vigência: 690 (seiscentos e noventa) dias, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, a critério dos participantes, desde que tal interesse seja manifestado previamente e por escrito.

VALOR: sem valor.

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2025.

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-33003/002243/2024.

Id: 2680953

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E OBRAS PÚBLICAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica EMOP-RJ/SEEDUC nº 034/2025.

PARTE: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação.
OBJETO: Estabelecer a mútua cooperação, entre SEEDUC e EMOP-RJ, visando a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para construção da escola em tempo integral CE ANGELA MARIA, localizada na Rua Xavier Curado, nº 1705, bairro Marechal Hermes, Rio de Janeiro/RJ, conforme projeto padão FNDE - 13 salas, especificações do Projeto Básico e de acordo com o Plano de Trabalho. A intervenção, da SEEDUC, por contratos limitados entre a EMOP-RJ e terceiros para execução do objeto do presente termo, visa, exclusivamente, garantir a descentralização dos recursos orçamentários necessários para fazer frente às despesas decorrentes da demanda do presente instrumento convencial. Na contratação objeto deste Termo de Cooperação Técnica, a maior parte da execução das obras será financiada com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Novo PAC, conforme Termo de Compromisso nº 967437/2024 (Lote 2 - Marechal Hermes).

DATA DA ASSINATURA: 19/09/2025.

PRazo de vigência: 690 (seiscentos e noventa) dias, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, a critério dos participantes, desde que tal interesse seja manifestado previamente e por escrito.

VALOR: sem valor.

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-33003/002434/2024.

Id: 2680956

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Permissão de Uso. **PARTE:** DER/RJ e RIO+ SANEAMENTO S.A. **OBJETO:** Rodovia Estadual RJ 106 - Construção para travessia do Interceptor de esgoto de diâmetro de 630 mm em PEAD, pelo MND (Módulo Não Destrutivo do Pavimento) na R-106, município de Rio das Ostras/RJ, em uma extensão total de 56,71 metros, sendo 51 metros dentro da faixa da rodovia. **DATA DA ASSINATURA:** 05/09/2025. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 74, "caput", da Lei nº 14.133/21, artigos 35 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 08/77 - Termo de Permissão, pelo inciso XXIII, do artigo 3º do Anexo I do Decreto nº 25.689/99 Deliberação nº 34/91, bem como pelas demais normas legais em vigor que venham a ser posteriormente adotadas sobre a matéria. **PROCESSO Nº SEI-33002/006852/2025.**

Id: 2681138

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E OBRAS PÚBLICAS
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica nº 010/2025.
PARTE: Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ e o Município de Rio Claro - RJ.
OBJETO: Transferência de conhecimento técnico-jurídico, logístico e estrutural para que o município possa dar continuidade ao seu programa institucional de regularização fundiária de interesse social.
PRazo: 36 (trinta e seis) meses.
DATA DA ASSINATURA: 16/09/2025.

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-33002/000921/2024.

Id: 2681117

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E OBRAS PÚBLICAS
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2024.
PARTE: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e Empresa WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência, sem renúncia de reajuste do contrato relativo à prestação de serviços de agência de viagens, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2025.
RECURSO: Programa de Trabalho 1.21.631.0502.2710, Natureza da Despesa 3390 - Fonte: 150.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-330005/000892/2024.

Id: 2681107

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
E OBRAS PÚBLICAS
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 007/2024.

PARTE: Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ e o Município de Rio das Ostras - RJ.
OBJETO: Inclusão de comunidades para que o município possa dar continuidade ao seu programa institucional de regularização fundiária de interesse social, viabilizando a interiorização da regularização fundiária.

PRazo: 36 (trinta e seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2025.

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-33002/000219/2023.

Id: 2681114

Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E ECONOMIA DO MAR

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Autorização de Uso Cnecro 001/2025.

PARTE: Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar e a empresa K LOG RIO LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: A utilização de parte de uma área de 2.000 (dois mil) metros quadrados de nível localizado na Rua Carlos Saldá, nº 576/714/794/856/846, Caju - Rio de Janeiro / RJ, do qual o ESTADO é senhor e possuidor.

DATA DE ASSINATURA: 19/09/2025.

PRazo: 06 (seis) meses de vigência desta autorização, contado a partir da publicação em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

FUNDAMENTO: A presente Autorização Provisória de Uso se regerá pelo disposto no art. 48-A da Lei Complementar nº 8, de 25.10.1977, com suas alterações, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio estadual.

PROCESSO Nº SEI-48001/000135/2025.

Id: 2681075

Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Aceitação Definitiva de Obra conforme contrato nº 73/2022.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHIS e a empresa PRESERVE AMBIENTAL PRESTACÃO DE SERVIÇO LTDA.

OBJETO: REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO CONJUNTO RESIDENCIAL RIO XII, BAIRRO BOTAFOGO, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ.

VALOR: Sem alteração de valor.

DATA DE ASSINATURA: 04 de junho de 2025.

FUNDAMENTO: Art. 73, inciso 1º, alínea "a" da Lei nº 8666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-170026/003407/2021.

Id: 2680958

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Aceitação Definitiva de Obra conforme contrato nº 60/2022.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHIS e a empresa PRESERVE AMBIENTAL PRESTACÃO DE SERVIÇO LTDA.

OBJETO: REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO CONJUNTO RESIDENCIAL RIO XII, BAIRRO BOTAFOGO, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ.

VALOR: Sem alteração de valor.

DATA DE ASSINATURA: 04 de junho de 2025.

FUNDAMENTO: Art. 73, inciso 1º, alínea "a" da Lei nº 8666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-170026/003405/2021.

Id: 2680960

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Aceitação Definitiva de Obra conforme contrato nº 18/2022.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHIS e a empresa NAVESBR SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA.

OBJETO: REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL OSWALDO CRUZ, BAIRRO OSWALDO CRUZ, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ.

VALOR: Sem alteração de valor.

DATA DE ASSINATURA: 15 de março de 2025.

FUNDAMENTO: Art. 73, inciso 1º, alínea "a" da Lei nº 8666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-170026/001060/2021.

Id: 2680964

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Aceitação Definitiva de Obra conforme contrato nº 60/2022.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHIS e a empresa CONSTRUTORA AXIAL LTDA.

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL COM 40 UNIDADES HABITACIONAIS, BAIRRO PARADA MODELO, MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM/RJ.

VALOR: Sem alteração de valor.

DATA DE ASSINATURA: 15 de agosto de 2025.

FUNDAMENTO: Art. 73, inciso 1º, alínea "a" da Lei nº 8666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-170026/001060/2021.

Id: 2680967

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Aceitação Definitiva de Obra conforme contrato nº 27/2022.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHIS e a empresa DE-

ZOITO DEZOITO SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - ME
OBJETO: REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE VALDAROSA I, II e III, NO MUNICÍPIO DE QUEMADOS/RJ
VALOR: Sem alteração de valor.
DATA DE ASSINATURA: 10 de junho de 2025.
FUNDAMENTO: Art. 73, inciso 1º, alínea "a" da Lei nº 8666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-170026/00273/2021.

Id: 2680912

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2024.

PARTE: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Procuradoria Geral do Estado, e WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.

OBJETO: Alteração quantitativa para acréscimo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: Da-se ao termo aditivo o valor de R\$ 775.000,00 (setecentos e setenta e cinco mil reais), totalizando o contrato o valor de R\$ 3.875.000,00 (três milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 20 de setembro de 2025.

FUNDAMENTO: Inciso I, alínea b do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO Nº SEI-140001/013961/2024.

Id: 2680966

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

AVISO

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO torna pública aos interessados a realização da licitação abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO PGE-RJ/FUNPERJ nº 12/2025

OBJETO: Prestação de serviços de emissão, entrega e administração de cartões refeição e alimentação.

LIMITE DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/10/2025, às 13:00 horas.

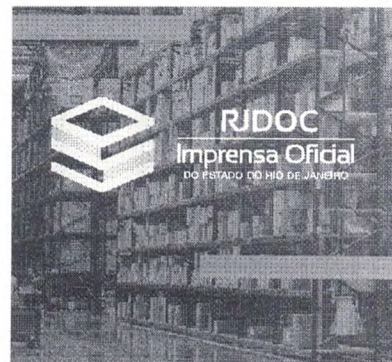
DATA/HORA DE INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 08/10/2025, às 14:00 horas.

PROCESSO Nº SEI-140001/039909/2025.

Todas as operações serão realizadas no endereço eletrônico: www.compras.rj.gov.br.

O Edital encontra-se disponível no portal de compras do governo do Estado do Rio de Janeiro (www.compras.rj.gov.br) e na página eletrônica da PGE-RJ (www.pge.rj.gov.br). Informações: Tel.: (21) 2332-7270 ou licitacao@pge.rj.gov.br.

Id: 2681051



GESTÃO DOCUMENTAL

- Guarda
- Digitalização
- Indexação e Gerenciamento
- Sistema 100% em nuvem

Qualidade
do serviço



rjdoc@ioerj.rj.gov.br
(21) 2717-6209